



Manifestações darão o tom da política, avaliam senadores

Wilson Dias/ABR



Em Brasília, manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios na adesão ao protesto que mobilizou todo o país e foi comparado à força da campanha Diretas Já

Nos discursos em Plenário, parlamentares governistas e de oposição concordaram sobre a importância dos protestos

As manifestações em todo o Brasil no domingo foram o assunto que dominou os debates ontem no Plenário. Apesar das diferenças de opinião sobre as causas e as consequências do evento, os senadores concordaram que os protestos ditarão o comportamento dos atores políticos a partir de agora. Eles também disseram que os atos foram legítimos, pacíficos e de grande porte. **8**

especial Cidadania

Projetos de lei buscam reduzir a violência obstétrica no país

A violência durante o parto atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil. Essas condutas inadequadas, agressivas ou desrespeitosas, somadas às que ocorrem durante a gestação e logo após o parto, são a violência obs-

tétrica, condenada pelas normas do Ministério da Saúde. Para tentar reduzir o problema, parlamentares têm propostas que transformam em lei o atendimento humanizado à gestante, à parturiente e aos recém-nascidos. **4 e 5**



Gestante e doula mostram forma de aliviar a dor no trabalho de parto

Jefferson Ruy/Agência Senado

Falta de consenso dificulta a regulamentação dos salva-vidas

A Comissão de Direitos Humanos deve apresentar um texto substitutivo a dois projetos de lei que regulamentam a profissão de salva-vidas e estão parados à espera de votação no Plenário.

As divergências entre as propostas foram discutidas ontem por representantes dos vários setores envolvidos. O presidente da comissão, Paulo Paim, quer ampliar o debate em busca do consenso. **7**



Ao lado de Paim (D), o ex-nadador Gustavo Borges fala em nome das academias

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Minha Casa, Minha Vida pode ter livros e computador **2**

Relatório retrata população das prisões femininas **6**

Taxa adicional para aluno deficiente deve ser proibida **7**

Presidente da CBF terá de depor à CPI do Futebol **2**

Conselho decidirá sobre processo de Delcídio amanhã

O Conselho de Ética do Senado votará amanhã o relatório preliminar de Telmário Mota, que recomenda a abertura do processo de cassação do mandato de Delcídio do Amaral por quebra do decoro e abuso das prerrogativas parlamentares. Se o processo for aberto, o conselho poderá ouvir Delcídio. A decisão final será do Plenário. **3**

Droga para doença rara pode ficar mais acessível

Projeto do senador Alvaro Dias facilita a importação de remédios destinados ao tratamento de doenças raras, aquelas que não ultrapassam 65 casos por 100 mil habitantes. O texto, que pode ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, diminui os obstáculos para aquisição desses medicamentos pelos próprios pacientes ou por empresas. **6**

Comissão analisará proposta que inibe crime pela internet

De acordo com proposta que será votada amanhã pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, delegados de polícia e promotores de Justiça poderão solicitar dados de internautas suspeitos aos provedores de internet. Atualmente eles só conseguem obter esse tipo de informação por meio de ordens judiciais. **3**

Parlamentares debaterão ações contra o Aedes **6**

Medida que evita bloqueio de estrada será votada hoje **7**



Minha Casa, Minha Vida no Amazonas: programa pode ser usado para promover inclusão digital e cultural, diz Cristovam

Programa Minha Casa pode incluir livros e computador

Audiência pública amanhã vai discutir projeto do Senado que determina a inclusão de biblioteca básica e de equipamento com acesso à internet nas residências do programa do governo federal

PROJETO DE LEI que prevê a inclusão de livros e computador em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida será tema de audiência pública interativa amanhã, às 11h. O debate é promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto (PLS 204/2013), de Cristovam Buarque (PPS-DF), estabelece que cada residência do programa do governo federal terá uma biblioteca

básica com 20 livros e um computador com softwares e acesso à internet.

Foram convidados para a reunião representantes dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também participará do debate o titular da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do Ministério da Cultura, Volnei Canônica.

A realização da audiência foi sugerida pelas senadoras Regina Sousa (PT-PI) e Ângela Portela (PT-RR).

Qualquer pessoa poderá participar com perguntas, críticas e sugestões. A reunião será transmitida pela TV Senado e terá tradução para a língua brasileira de sinais (Libras).

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

Presidente da CBF depõe à CPI do Futebol amanhã

O presidente em exercício da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Antonio Carlos Nunes Lima, terá de depor obrigatoriamente na CPI do Futebol amanhã. A audiência foi confirmada pelo presidente do colegiado, senador Romário (PSB-RJ).

Conhecido como coronel Nunes, ele se recusou a comparecer a uma reunião da CPI no dia 2, alegando compromissos com a Seleção Brasileira de Futebol. O fato levou Romário a apresentar o requerimento de convocação, acatado pela Justiça Federal do Pará, que determinou ainda a condução coercitiva do dirigente, a cargo da Polícia Federal.

Coronel Nunes é o presidente da Federação Paraense de Futebol e ocupa interinamente a presidência da CBF em virtude da licença do titular, Marco

Polo del Nero. Em comunicado, a CBF informou que ele comparecerá voluntariamente ao colegiado.

No dia 2, Romário disse que havia esgotado todos os convites para que ele se apresentasse espontaneamente, passando assim à convocação — com possibilidade de uso da condução coercitiva.

— Nós o convidamos duas

vezes, convocamos outras vezes e ele se acha acima de qualquer situação, especialmente acima da lei. Sempre falei e vou repetir: esta é uma CPI séria e é para ser encarada como tal — afirmou Romário.

O objetivo da CPI é aprofundar as investigações sobre possíveis irregularidades em contratos feitos na realização de jogos por parte da CBF.



Coronel Nunes (D) deve falar à CPI sobre possíveis irregularidades em contratos

Dia do Artesão será lembrado em sessão solene

O Dia Nacional do Artesão será comemorado pelo Congresso com sessão solene no Plenário do Senado, na quinta-feira, às 11h. Profissionais de todo o país participam da homenagem.

Segundo a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil,

cerca de 10 milhões de pessoas no país vivem do artesanato. Uma conquista recente da categoria — a entrada em vigor da Lei 13.180/2015, que regulamentou a profissão — deve ser citada na sessão.

Financiamento, desenvolvimento de recursos humanos,

assistência técnica em gestão e comercialização e conquista de mercados externos também devem ser abordados.

A iniciativa para a sessão partiu dos senadores Douglas Cintra (PTB-PE) e Fátima Bezerra (PT-RN) e do deputado Givaldo Vieira (PT-ES).

Rádio Senado reapresenta entrevista com Naná Vasconcelos

O programa *Escala Brasileira*, da Rádio Senado, presta homenagem ao percussionista Naná Vasconcelos, falecido no dia 9 em decorrência de câncer no pulmão. A emissora vai reprisar na quinta-feira a primeira parte de entrevista concedida pelo artista ao programa. A segunda parte vai ao ar no domingo, com duas reprises na semana que vem.

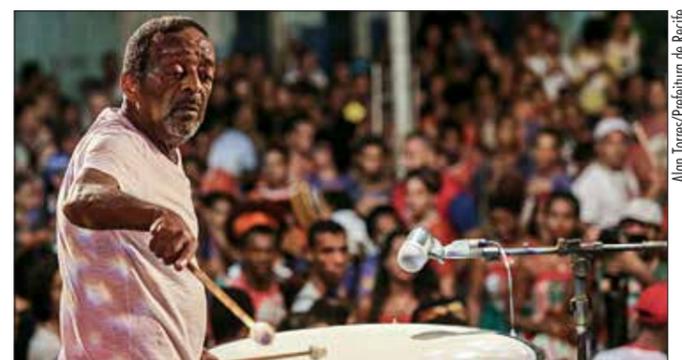
Nascido no Recife, Naná é considerado o maior percussionista brasileiro e um dos mais importantes músicos do país. Também fez extensa carreira no exterior: atuou ao lado de nomes de peso como B. B. King, Jean-Luc Ponty,

David Byrne e Pat Metheny, e com a banda Talking Heads.

Venceu oito vezes o prêmio Grammy e, por oito anos consecutivos (1983-1990), ganhou o prêmio de Melhor Percussionista do Ano da revista *Down Beat*, considerada a “bíblia do jazz”.

Em dezembro, o músico recebeu o título de *doutor honoris causa* pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Escala Brasileira
• 1ª parte: quinta, às 23h.
• 2ª parte: domingo, às 19h, com reapresentação na terça (22), às 3h, e na quinta (24), às 23h.



Naná ganhou prêmio de melhor percussionista do mundo por 8 anos seguidos

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Pesquisa clínica**
8h45 O PLS 200/2015, sobre pesquisa clínica, é um dos projetos em pauta.
- CMA Medidor de serviços**
9h30 A comissão avalia, entre outros, o PLC 113/2014, que faculta aos consumidores a instalação de medidores para aferir gasto na utilização de serviços públicos.
- CAE Sistema ABS**
10h Na pauta, entre outros, o PLS 195/2012, que obriga uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.
- CÓDIGO DA AERONÁUTICA Minuta**
10h Comissão de especialistas avalia a minuta do anteprojeto de reforma do Código da Aeronáutica.
- PLENÁRIO Estatais**
14h Projeto da Lei Geral das Estatais (PLS 555/2015) é o primeiro item da pauta.
- CE Taxa para aluno com deficiência**
11h45 A comissão pode votar, entre outros projetos, o PLS 45/2015, que proíbe taxa adicional para alunos com deficiência.
- MP 699 Bloqueio de vias**
14h30 Análise de relatório da MP que aumenta a punição para quem utilizar veículos para bloquear vias públicas.
- TRANSPARÊNCIA Agência reguladora**
14h30 Audiência interativa avalia a transparência das agências reguladoras.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Reunião**
14h30 Apresentação do 1º relatório nacional sobre população penitenciária feminina do país. Depois, análise das conclusões do relatório de avaliação de políticas sobre enfrentamento à violência contra a mulher.
- CMO Medidas provisórias**
15h Análise de prestações de contas e de MPs de crédito suplementar ao Executivo.
- SEGURANÇA DE BARRAGENS Debate**
15h Audiência pública interativa discute aspectos técnicos da segurança de barragens.
- PRESIDÊNCIA Miriam Belchior**
16h Renan Calheiros preside a ordem do dia. Às 18h, recebe o senador Jorge Viana e a presidente da Caixa, Miriam Belchior.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto facilita investigação de crime na internet

De acordo com proposta, que será votada amanhã em comissão, promotores de Justiça e delegados poderão pedir dados a provedores. Hoje isso exige ordem judicial

AGENDA BRASIL

A INVESTIGAÇÃO DE crimes cibernéticos pode ganhar um reforço. Será votado amanhã na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional o PLS 730/2015, que permite ao delegado de polícia ou ao promotor de Justiça pedir informações a provedores de internet em caso de suspeita de crime cibernético. A proposta é de Otto Alencar (PSD-BA).

Pelo projeto, caso haja indício de prática de crime pela internet, o delegado ou o promotor poderá requisitar a qualquer provedor informações sobre um IP, que é a identificação do computador, do tablet ou do celular. Hoje, o provedor só é obrigado a dar as informações por ordem de um juiz.

Entre os crimes cibernéticos, estão fraudes, roubos, chantagens e falsificações feitas por meio da internet.

Segundo o projeto, as informações que poderão ser fornecidas são as seguintes: qualificação pessoal, filiação e endereço do suspeito. A obtenção de outros dados além desses continuará exigindo a autorização judicial.

O texto proíbe o fornecimento dos dados obtidos na investigação a terceiros. Em caso de vazamento, as autoridades poderão ser responsabilizadas.

Otto argumenta que, sem uma lei adequada que defina meios e instrumentos de investigação de crimes praticados pela internet, “a coletividade e o Estado encontram-se absolutamente vulneráveis”.

O autor diz que seu projeto



Projeto de lei permite que, sem ordem judicial, polícia e Ministério Público obtenham dados de internautas suspeitos

procura “fortalecer a missão do Estado através de seu aparato de persecução penal em coibir e apurar as crescentes infrações penais praticadas” pelo mau uso da internet.

O projeto prevê que o advogado do investigado terá acesso às diligências, mediante requerimento apresentado à autoridade responsável pela investigação. Um juiz também poderá requisitar ao delegado ou ao promotor a remessa dos documentos que tenham relação com as investigações.

As empresas provedoras de internet terão 12 meses para adaptarem-se.

Equipe no Brasil

Segundo a proposta, os provedores deverão manter no país departamentos técnicos em funcionamento integral. Otto lembra que atualmente

há dificuldade no cumprimento de determinações judiciais, pois muitas empresas estrangeiras de internet não têm departamento técnico em suas representações no Brasil, “afetando gravemente a soberania nacional e a aplicação célere da legislação do país”.

Na visão do senador, a identificação do responsável pelo acesso não autorizado a um computador de uso ou propriedade de instituições estatais, bem como daquele que promove a propagação da mensagem investigada, será de fundamental importância para uma investigação imparcial e técnica.

O relator da proposta, Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que o projeto “é conveniente e oportuno”.

Segundo o senador, os crimes cometidos pela internet,

justamente pela dificuldade de identificação do criminoso, demandam ferramentas de investigação específicas para que a polícia e o Ministério Público consigam provar a autoria do delito.

O projeto, acrescenta Anastasia, contempla essas ferramentas, ao mesmo tempo que garante a manutenção do sigilo das informações recebidas dos provedores de internet.

Prêmio da loteria

Três projetos em forma de substitutivo voltam amanhã à pauta da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. Aprovados no dia 2, eles terão de ser submetidos a um turno suplementar de votação.

Um deles é o PLS 741/2015, de Anastasia, que estabelece que os recursos arrecadados

com as multas por tragédias ambientais devem ser aplicados na recuperação das localidades onde o dano aconteceu.

O PLS 187/2012, de Paulo Bauer (PSDB-SC), permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem.

O terceiro é o PLS 313/2011, do ex-senador Paulo Davim, sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais não procurados.

O texto original destina ao Fundo Nacional de Saúde os prêmios não procurados pelos contemplados. Hoje, a lei destina esses recursos ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O relator do projeto, Douglas Cintra (PTB-PE), apresentou um substitutivo que determina que os prêmios não resgatados dentro do prazo de prescrição serão destinados prioritariamente ao financiamento estudantil dos cursos universitários da área de saúde.

A comissão ainda deve votar o PLS 203/2014, que trata da chamada manifestação de interesse da iniciativa privada, instrumento utilizado nas parcerias público-privadas; o PLS 769/2015, que amplia as medidas de combate ao tabagismo; e o PLS 433/2015, que propõe aumentar a participação mínima obrigatória das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica brasileira.

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional é responsável pela Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

Conselho de Ética decide amanhã se abre processo contra Delcídio

O Conselho de Ética do Senado se reúne amanhã, às 14h30, para votar o relatório preliminar do senador Telmário Mota (PDT-RR) sobre a representação em que o PPS e a Rede pedem a cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Em licença de saúde, Delcídio segue em prisão domiciliar, depois de ser alvo da Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras.

Na semana passada, o relator apresentou o documento, que recomenda a abertura de processo. Telmário viu indícios suficientes para a cassação por quebra de decoro e abuso das prerrogativas parlamentares. O relatório preliminar passará por votação nominal e aberta.

Caso seja aprovada a aber-

tura de processo, o Conselho de Ética poderá determinar diligências e depoimentos, inclusive de Delcídio. Não há prazo para que isso ocorra. O andamento fica por conta do próprio colegiado. Depois, o parecer final do relator terá de ser votado pelo conselho.

Se aprovado, o parecer será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico. Depois de admitido pela CCJ, o texto será encaminhado para o Plenário, onde a votação também será aberta e nominal. A cassação só ocorrerá se houver apoio da maioria absoluta dos senadores (ao menos 41 votos).

Tanto o conselho quanto a CCJ podem recomendar o arquivamento da representação.

Governo e bancos discutem MP que renegocia dívida de agricultor

Representantes de bancos e do governo participarão amanhã, às 11h, de uma audiência pública sobre a renegociação de dívidas de agricultores. A renegociação consta da MP 707/2015, que dá mais tempo para produtores do Nordeste pagarem as dívidas. O debate será organizado pela comissão mista que analisa a MP.

A medida suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das dívidas em atraso para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial. O texto diz que não se trata de perdão das dívidas, mas um prazo extra, considerando a seca que atingiu a região entre 2011 e 2015.

Para a audiência de amanhã, foram convidados representantes dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e do

Desenvolvimento Agrário, do BNDES, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

O assunto foi discutido na sexta-feira, em Petrolina (PE), num debate conduzido pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que preside a comissão mista.

Na quarta-feira, a comissão ouviu agricultores sobre a MP. Eles se mostraram preocupados com a adesão dos bancos à renegociação.

O texto também amplia o prazo para que o BNDES refinance contratos destinados a compra e arrendamento de caminhões. O prazo anterior expirou em 31 de dezembro de 2015 e os caminhoneiros alegam dificuldade para honrar seus compromissos por causa da crise econômica.

Paim espera acordo na proposta da terceirização

Paulo Paim (PT-RS) disse no Plenário que concluiu na semana passada, com debates em Goiânia e Palmas, a série de audiências públicas realizadas em todos os estados sobre o projeto de lei da terceirização.

Com o subsídio dessas discussões, Paim vai preparar o relatório do projeto da terceirização e também o do combate ao trabalho escravo.

— Construiremos um grande entendimento — afirmou.

No discurso, Paim lembrou os 120 anos dos padres capuchinhos no Rio Grande do Sul e parabenizou a Escola Técnica Liberato Salzano Vieira, em Novo Hamburgo (RS), pela educação profissional de pessoas com deficiência.

Congresso combate violência obstétrica

Contrariando as normas do Ministério da Saúde, muitas maternidades submetem mulheres a intervenções e condutas inadequadas e agressivas. Projetos buscam garantir a adoção do parto humanizado como lei

Juliana Steck

UMA EM CADA quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto no Brasil, segundo a pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, divulgada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo. Para a senadora Ângela Portela (PT-RR), os índices de violência obstétrica no país são altos e preocupantes.

— Cesáreas excessivas e sem necessidade, tratamento abusivo, desrespeito moral, físico e psicológico. Atitudes que fragilizam a mulher num momento que deveria ser sublime — disse.

Por mais que pareça claro que a responsável por trazer um bebê ao mundo seja a mãe, a ideia de que é o médico quem “faz o parto” provoca cada vez mais casos de violência.

Qualquer ato ou intervenção direcionado à grávida, parturiente, que acaba de dar à luz, ou ao seu bebê é considerado violência obstétrica se for praticado sem a informação e o consentimento explícito da mulher ou se desrespeitar sua autonomia como mãe, sua integridade física e mental, seus sentimentos, suas opções e suas preferências.

A coordenadora-geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque Vilela, diz que muitas práticas feitas durante o

parto prejudicam sua boa evolução. Algumas ainda aumentam o índice de sequelas graves e o risco de morte para mãe e bebê. — Mesmo sendo práticas institucionalizadas, muitas vezes endossadas pela academia, elas foram construídas com uma ideia ultrapassada de que a mulher deve parir com dor, como se fosse uma expiação do prazer que ela teve ao fazer o filho. Uma penalização da mulher pela sua sexualidade. Com o tempo, ficou comprovado que essas práticas não têm fundamento científico e causam um sofrimento desnecessário — lamentou.

A lista de procedimentos inadequados (*veja quadro ao lado*) é grande e muitas mulheres nem sabem que podem considerá-los violência. Há uma série de condutas que precisam estar muito fundamentadas para serem apresentadas como opção de atendimento, não podem ser rotina, explicou Valéria Sousa, diretora de Relações Legislativas da Artemis, organização que atua na defesa e promoção dos direitos das mulheres.

— Algumas são proibidas, outras só devem ser feitas com cuidado e seletividade. E todas precisam ser autorizadas pelas mulheres antes de serem feitas.

A pesquisa *Nascer no Brasil* — estudo coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

em 266 maternidades de 191 municípios, em 2011 e 2012 — constatou, por exemplo, o uso de ocitocina, da manobra de Kristeller e da episiotomia em porcentagens muito elevadas: em 60%, 56% e 86% dos partos, respectivamente.

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria (Febrago), Etelvino de Souza Trindade, acredita que, para mudar essa cultura, é preciso um processo de desconstrução.

— O atendimento obstétrico brasileiro é fora do contexto mundial. No resto do mundo, a mulher escolhe o local do parto e é atendida por uma equipe, da qual fazem parte enfermeiras obstetras. O médico só interveio quando há alguma intercorrência não esperada — afirmou.

Segundo Trindade, no Brasil era assim, mas começou a mudar em 1967, quando os institutos de aposentadoria e pensões que existiam foram fundidos e centralizados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

— Uma norma na época determinou que o médico não receberia para estar disponível. Só era pago se atuasse no parto. Isso gradativamente alijou o enfermeiro obstétrico do processo e criou uma estrutura medicocêntrica — explicou.

Em 1990, o INPS e o Instituto



Casa de Parto de São Sebastião (DF): a privação do contato direto da mãe com o bebê logo após o parto é considerada violência

Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) foram extintos e foram criados o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Serviço Único de Saúde (SUS), com outras regras.

— Mas essa cultura permaneceu. É muito difícil desfazer a percepção existente. É preciso um processo de esclarecimento não apenas das mulheres, mas também das famílias, dos profissionais de saúde e de todo o grupo que cerca a acolhida ao parto, desde a recepção da maternidade. Uma mudança também nas escolas médicas e de enfermagem. Todos precisam entender que a mulher é a protagonista do parto — disse.

Legislação

O país já tem diversas normas que buscam a adoção do parto humanizado não apenas no SUS,

mas nos hospitais particulares. Valéria Sousa explica que o parto humanizado não é um produto a ser adquirido para quem pode pagar mais, mas sim é um modelo de atenção que efetivamente reduz a mortalidade. Só quem tem competência para determinar o que pode ser executado como prática de saúde é o Ministério da Saúde, segundo a Lei 8.080/1990.

— E o ministério já expediu como norma o parto humanizado, ou seja, a atenção obstétrica e neonatal que leve em consideração a mulher e o bebê como sujeitos de direito e determina que todas as condutas sejam previamente discutidas com a mulher e autorizadas por ela.

Ainda segundo a diretora da Artemis, a atenção humanizada ao parto é uma resposta à CPI da mortalidade materna que acon-

teceu na Câmara dos Deputados de abril de 2000 a março de 2001, onde se concluiu que 98% das mortes maternas são evitáveis com procedimentos simples e políticas públicas de atenção focadas na mulher e no bebê, e não nas necessidades dos profissionais de saúde. Daí surgiram várias normas e mesmo algumas leis para evitar a violência obs-



Etelvino Trindade, Ângela Portela e Maria Esther debatem a violência obstétrica na Comissão de Direitos Humanos, em dezembro

tétrica no Brasil (*veja no “Saiba Mais” o link para essas normas*).

Propostas

Valéria ressalta que, mesmo diante dessas normas, os descumprimentos aos direitos das gestantes permanecem. Por esse motivo, em 2014, a Artemis sugeriu ao deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) uma proposta que prevê a elevação à categoria de lei federal para todas essas iniciativas do governo, e ele apresentou o projeto na Câmara:

— Muitas mulheres passam em silêncio pela violência obstétrica. Uma violência naturalizada, institucionalizada e que deixa marcas físicas e psíquicas por toda a vida. O nascer de uma criança deveria ser um momento de celebração, e não de cicatrizes. E como tudo na vida de uma mulher, decidir qual tipo de parto será melhor para ela e seu filho é um direito e uma prerrogativa — defendeu o deputado.

Marília Mercer, doula de Londrina (PR), diz que há vários projetos de lei sendo votados e aprovados nos municípios para que os hospitais sejam obrigados a aceitar a presença das doulas. Mas que o ideal seria uma legislação federal, que todos tivessem que cumprir. Há ainda casos de entidades que tentam

legislar sobre o assunto, como o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, que em 2012 editou resoluções que proibiam médicos de fazer partos domésticos e vetavam a participação de parteiras e doulas como acompanhantes de gestantes em hospitais.

— Esse tipo de medida acaba sendo derrubada, mas dá trabalho. A expectativa é que com o parto humanizado estando previsto em lei, e não apenas em material infralegal, seja garantida maior efetividade no cumprimento — disse Marília.

Valéria acrescenta que, “com a aprovação de uma lei, as boas práticas de saúde saíram do âmbito de governo, como política, e passarão a compor as garantias fundamentais de todos os cidadãos”.

— Já estamos muito atrasados porque os compromissos assumidos pelo Brasil com as Nações Unidas para redução da mortalidade materna são de 1995, da Convenção de Pequim. É uma das Metas do Milênio e a única que não conseguimos cumprir. Muito provavelmente porque hoje tem muito hospital e profissional que desrespeita os direitos da mulher, já que não há lei prevendo que tipo de punição ele poderia sofrer — ressaltou.

Exemplos de violência

Na gestação

- Negar atendimento à mulher ou impor dificuldades ao atendimento em postos de saúde onde é realizado o acompanhamento pré-natal.
- Dirigir comentários constrangedores à mulher por sua etnia, idade, escolaridade, religião ou crença, condição socioeconômica, situação conjugal, orientação sexual, número de filhos ou qualquer outra razão.
- Ofender, humilhar ou xingar a mulher ou sua família.
- Negligenciar o atendimento de qualidade.
- Agendar cesárea sem recomendação baseada em evidências científicas, atendendo interesses e conveniência do médico, baseada em mitos como: bebê muito grande, muito pequeno ou passando da hora; falta de espaço para passagem do bebê (porque a mãe tem baixa estatura ou quadril estreito); cordão enrolado no pescoço; pé do bebê “preso na costela” da mãe; pouco líquido amniótico; cesariana anterior; deficiência ou mobilidade reduzida; falta de contrações ou de dilatação fora do trabalho de parto; doenças como hemorroidas, hepatite, cardiopatia etc.

No parto e puerpério (logo após o parto)

- Recusar a admissão em hospital ou maternidade (peregrinação por leite).
- Impedir a entrada na sala de parto do acompanhante escolhido pela mulher.
- Realizar procedimentos que incidam sobre o corpo da mulher, que interfiram, causem dor ou dano físico sem a autorização dela. Exemplos: sorro com ocitocina para acelerar o trabalho de parto; exames de toque sucessivos e por diferentes pessoas; privação de alimentos e líquidos (alegando uma possível futura necessidade de cesariana); episiotomia (corte na vagina para ampliar a área de atuação do profissional); imobilização; uso de fórceps; manobra de Kristeller (empurrar a barriga da mãe durante o parto para expulsar o bebê, procedimento proibido pela Organização Mundial da Saúde); analgesia peridural (nem sempre necessária e feita sem permitir que antes a mulher tente métodos não farmacológicos de alívio da dor); romper artificialmente bolsa amniótica.
- Obrigar a parturiente a ficar deitada e não permitir que ela caminhe durante o trabalho de parto para que a gravidade possa ajudar a descida do bebê.
- Dizer ou fazer algo que cause na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, instabilidade emocional, medo, acuação, insegurança.
- Ameaçar a mulher de não atendê-la se ela gritar.
- Fazer cesariana (que aumenta em três vezes o risco de morte para a mulher) sem indicação clínica e sem consentimento da mulher.
- Impedir ou retardar o contato do bebê com a mulher logo após o parto.
- Impedir o alojamento conjunto da mãe com o bebê, levando o recém-nascido para berçário por conveniência da instituição.
- Impedir ou dificultar o aleitamento materno.

No atendimento em situações de abortamento

- Negar ou demorar o atendimento à mulher em situação de abortamento.
- Questionar a mulher se a perda do bebê foi intencional ou não.
- Realizar procedimentos predominantemente invasivos, sem explicação, consentimento ou sem anestesia.
- Ameaçar, acusar e culpar a mulher, ou coagi-la a confessar que provocou o aborto para denunciá-la à polícia.

Fonte: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo e Associação Artemis

Doulas oferecem orientação, suporte físico e emocional à família na gravidez e no parto

Mesmo as mulheres que conhecem os seus direitos e os procedimentos para um parto humanizado estão sujeitas a ser vítimas de violência obstétrica. Foi o que aconteceu com Rafaela Ramos e Michelle Ramos dos Santos, em Brasília.

No nascimento de seu primeiro filho, Rafaela foi submetida a uma cesariana porque o médico disse que o bebê era muito grande e que ela tinha diabetes gestacional, sendo que nenhum dos dois fatos ti-

nha sido detectado em exames no pré-natal. Na segunda gestação, ela planejou inicialmente um parto domiciliar, mas acabou mudando de planos e, ao chegar ao hospital, foi hostilizada por isso. Enquanto estava sozinha com as enfermeiras, ela se recusou a deixar colocarem em seu braço o acesso ao soro, pois não queria o uso de medicamentos. Uma enfermeira a deitou na maca, puxando-a pelos cabelos. Somente com a presença do marido dela no

quarto a conduta das enfermeiras mudou, o que a fez sentir-se fragilizada.

Michelle também não foi respeitada no parto de sua filha. Enfermeiros e médicos fizeram toques excessivos, reclamaram quando ela gritava de dor, estouraram a bolsa amniótica artificialmente e disseram que a neném estava “descendo muito devagar”. Ela acabou se sentindo pressionada a fazer uma cesariana, porque a equipe médica de plantão no

hospital não parecia preparada para um parto vaginal. Mas não sabe se a cirurgia realmente era necessária. Michelle diz que só não considera a experiência negativa porque teve o apoio de duas doulas durante o pré-natal e na maternidade.

A doula Jéssica Macêdo explica que essa profissional serve de suporte, dando apoio físico e emocional para a família antes, durante e após o parto.

— Quem faz o parto é a mulher, com assistência de uma

equipe médica ou obstétrica. A doula não realiza procedimentos médicos. Ela mostra que o que está acontecendo é natural, fisiológico, que o corpo da mulher está pronto para aquele momento e quais exercícios, banhos, massagens ou posições podem diminuir a dor na hora do trabalho de parto e facilitar o nascimento. Também orienta na amamentação. É um trabalho de amparo para a gestante e a família se sentirem seguras. Doulas podem ser contratadas

ou voluntárias — explicou.

E o trabalho da doula também é reconhecido por quem teve a vontade respeitada no parto. A gestante de Brasília Luciana Rodovalho fez um parto domiciliar quando nasceu sua primeira filha, com acompanhamento de doulas, de enfermeira obstétrica e de ginecologista.

— Gostei da experiência e agora estou me preparando pra outro parto humanizado. E novamente optei por ter uma doula me acompanhando.



A doula Jéssica Macêdo orienta Luciana Rodovalho sobre posições, exercícios e cuidados que ajudam a gestante a se sentir mais confortável no final da gravidez e aliviam as dores no trabalho de parto, como banho, posição de “cavalinho” e apoio de bola

Projetos buscam tornar lei a humanização do atendimento

• **PL 7.633/2014** (na Câmara), do deputado Jean Wyllys, estabelece que médicos e profissionais de saúde devem dar prioridade à assistência humanizada à mulher e ao recém-nascido no ciclo da gravidez até o pós-parto. Os hospitais deverão respeitar o limite de 15% de cesáreas, recomendado pela Organização Mundial da Saúde. <http://bit.ly/PL7633de2014>

• **PLS 8/2013**, do ex-senador Gim, obriga a obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos do SUS. Já aprovado no Senado e remetido à Câmara, foi motivado pelos esforços da Rehuna, coletivo de profissionais de saúde em Rede pela Huma-

nização do Parto e Nascimento. <http://bit.ly/PLS8de2013>

• **PLS 75/2012**, da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (SE), proíbe que a gestante detenta seja algemada durante o parto: <http://bit.ly/PLS75de2012>

• **PEC 100/2015** (na Câmara), do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), disponibiliza equipe multiprofissional para atenção integral no pré-natal, parto e pós-parto, pelo SUS. <http://bit.ly/PEC100de2015>

• **PL 359/2015** (na Câmara), da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), propõe fornecer curso de qualificação básica para as parteiras tradicionais e incluir sua atividade no âmbito do SUS. <http://bit.ly/PL359de2015>



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre violência obstétrica no Brasil: <http://bit.ly/violenciaonparto>

Saiba mais

Rede Humaniza SUS

www.redehumanizasus.net

Organização Artemis

www.artemis.org.br

Pesquisa *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, da Fundação Perseu Abramo

<http://bit.ly/pesquisaMulheres>

Pesquisa *Nascer no Brasil*, da Fiocruz

<http://bit.ly/NascerBrasil>

Portaria 569/2000 do Ministério da Saúde

<http://bit.ly/portaria569>

Portaria 1.067/2005 do Ministério da Saúde

<http://bit.ly/portaria1067>

Pacto Nacional da Redução de Mortalidade Materna — 2004

<http://bit.ly/LeiAcompanhante>

Lei do Acompanhante (Lei 11.108/2005)

<http://bit.ly/LeiVinculo>

Lei de Vínculo (Lei 11.634/2007)

<http://bit.ly/LeiVinculo>

RDC 36/2008 da Anvisa

<http://bit.ly/RDC36de2008>

Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (Lei 13.257/2016)

<http://bit.ly/MarcoPrimeirInfancia>

Como denunciar se você foi vítima

Exigir o prontuário da maternidade onde foi atendida e ligar para o

180 (Violência contra a mulher) e o

136 (Disque Saúde do Ministério da Saúde)

Veja todas as edições do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/especialcidadania

“Medicamentos órfãos” produzidos no exterior podem ter a burocracia reduzida para entrada e registro no Brasil, segundo proposta de Alvaro Dias em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto facilita importação de droga para doença rara

OS CHAMADOS MEDICAMENTOS órfãos, que se destinam ao tratamento de doenças raras e são produzidos no exterior, poderão receber um tratamento legal que facilite sua importação e seu registro nos órgãos sanitários do Brasil. É o que estabelece um projeto de Alvaro Dias (PV-PR) que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje.

São consideradas raras as doenças cuja incidência não ultrapassa 65 casos por 100 mil habitantes. Em muitas doenças, o número de afetados é tão pequeno que acaba afastando, por restrição de mercado, o interesse da indústria farmacêutica na fabricação. Por isso, a designação de medicamento órfão.

Com o projeto (PLS 31/2015), as pessoas que têm essas doenças deverão enfrentar menos obstáculos para as aquisições de modo direto. As empresas importadoras também ficarão livres de parte das atuais exigências burocráticas para buscar os medicamentos no exterior. Se aprovado, o projeto seguirá para a decisão final da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na visão do autor, a burocracia envolvida na importação dos medicamentos talvez seja a pior das barreiras produzidas pelo Estado.

Alvaro acrescenta que sua proposta busca “mitigar o problema de um número significativo de pessoas cuja saúde e vida dependem da importação desses medicamentos ausentes do mercado nacional”.

Exceção

O projeto favorece a importação desses fármacos diretamente por pessoas físicas, em quantidade adequada para uso individual. Com isso, define claramente uma exceção à regra atual que veda a importação de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos sem prévia autorização do Ministério da Saúde.

Hoje, a importação pode ser feita de modo direto pelo usuário, desde que o produto conste de uma lista elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de medicamentos para doenças raras. Com o projeto, a lógica será inversa: a lista será composta dos medicamentos submetidos a regime especial de controle e que não se destinam à revenda ou ao comércio. Somente esses não poderão ser livremente importados.

Já o procedimento de autorização para a importação de um medicamento órfão por uma empresa importadora deverá seguir um rito simplificado, a ser regulamentado pelo

governo. Pelo texto, será inclusive dispensada a exigência de registro prévio do fármaco no Ministério da Saúde quando o produto tiver sua comercialização aprovada pelo órgão oficial de registro da União Europeia ou dos Estados Unidos.

A proposta conta com o apoio do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO). Para ele, “é inegável que o projeto traz benefícios para a população. Segundo o senador, o mérito da proposta é desburocratizar as exigências de autorizações e registros prévios, que atuam no sentido de coibir o alcance dos enfermos a esses medicamentos”.

Orçamento

Na mesma reunião, a CAE deve votar o substitutivo de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ao PLS 229/2009, de Tasso Jereissati (PSDB-CE). O texto estabelece normas gerais sobre orçamento, controle e contabilidade pública, visando tornar mais realista o Orçamento da União. A proposta recebeu pedido de vista coletiva na semana passada.

A CAE também deve votar o PLS 195/2012, que torna obrigatório o uso do sistema anti-travamento das rodas (ABS) nos carros, e o PLS 326/2013, que regulamenta o trabalho a distância.



Morello Casal Jr./ABR

Primeiro documento nacional sobre prisões de mulheres será apresentado hoje

Comissão avaliará relatório sobre população carcerária feminina

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher terá hoje, às 14h30, uma apresentação detalhada do primeiro relatório nacional sobre as penitenciárias femininas, o *Infopen Mulheres*, divulgado em novembro de 2015. Segundo o estudo, a população carcerária feminina do Brasil cresceu mais de 560% desde 2000 e já é a quinta maior do mundo.

O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, Renato Campos De Vitto, será o responsável por apresentar a metodologia e as conclusões do relatório.

Após a audiência, Regina

Sousa (PT-PI) apresentará um relatório de acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher de 2015.

A comissão também deverá votar dois requerimentos. Um deles, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), pede a realização de uma audiência sobre políticas de empoderamento econômico das mulheres no Brasil e em outros países. O outro, da deputada Keiko Ota (PSB-SP), propõe um seminário na Câmara Municipal de São Paulo sobre violência doméstica.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MP com ações contra *Aedes aegypti* será debatida amanhã

A comissão mista da medida provisória que determina ações de controle do mosquito transmissor da dengue, da chikungunha e da zika debaterá a MP amanhã, às 14h.

A MP 712/2016 prevê que, em caso de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito *Aedes aegypti*, a autoridade máxima do Sistema Único de Saúde de âmbito federal, estadual ou municipal ficará autorizada a determinar e executar as medidas necessárias ao controle das doenças.

Entre essas medidas que poderão ser tomadas pelo SUS, estão a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para eliminação do mosquito e seus criadouros

e a realização de campanhas educativas e de orientação à população. A MP ainda autoriza a entrada forçada nos imóveis em situação de abandono ou de ausência.

Foram convidados para a audiência representantes dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e da Justiça, do Comando do Exército, de um grupo de trabalho das Secretarias de Governo e de Comunicação Social; da Presidência, das Casas Civil e Militar, do Ministério Público Federal e da comissão externa que acompanha as ações contra a epidemia de microcefalia.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Alvaro é autor da proposta, que recebeu apoio do relator, Caiado, e deve ser votada na Comissão de Assuntos Sociais

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Salva-vidas buscam consenso sobre profissão

Dois projetos de lei divergentes regulamentam a atividade e estão prontos para votação em Plenário. Senadores recomendam apresentação de substitutivo às propostas

SALVA-VIDAS, EMPRESÁRIOS DA área de educação física, membros do Ministério Público do Trabalho, do Ministério da Educação e do corpo de bombeiros deverão buscar um consenso sobre a regulamentação da profissão de salva-vidas. Em audiência pública ontem, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou recomendação para que os participantes do evento se reúnam a fim de alcançar um consenso sobre o assunto.

Dois projetos que buscam a regulamentação da profissão de salva-vidas tramitam no Senado e estão parados à espera de votação no Plenário porque há divergências entre eles. São o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 66/2011, do deputado licenciado Nelson Pellegrino, atual secretário de Turismo da Bahia, e o PLC 42/2013, da deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ). Pellegrino, que estava presente na audiência, pediu que as matérias fossem convertidas em um só projeto substitutivo, para que se apresse a votação pelo Plenário.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), explicou que já fez o requerimento pela tramitação conjunta dos projetos e vai pedir o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.



Paim (C), entre os debatedores: substitutivo deve atender os interesses da categoria e as necessidades dos banhistas

— Eu vou pedir a votação dos requerimentos e que os projetos venham para esta comissão. Aqui, vamos construir um substitutivo que contemple a posição da principal parte interessada, que não são os salva-vidas, mas as pessoas que tomam banho em piscina, rio, mar, praia. Para o bem deles, nós temos que aprovar a profissão — disse o senador.

De acordo com os expositores, o Brasil é o terceiro país com maior número de óbitos por afogamento e o primeiro país com o maior número de salvamentos aquáticos no mundo. Entre as reclamações da categoria, estão os baixos salários, a submissão aos cor-

pos de bombeiros, a falta de equipamentos e as extensas cargas horárias. Mas há divergências, principalmente entre os salva-vidas e os empresários da área de educação física, que estão impedindo a aprovação do projeto.

Piso salarial

Uma das questões que ainda precisam de consenso é o piso salarial. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis, Marco Montemezzo, o salário deve ser diferente de acordo com o local de trabalho.

— Nós vamos afugentar o empresário que vai contratar o salva-vidas. Aí pode haver um grande boicote a esse

profissional. Nós precisamos criar um piso salarial que fique bom para todos. Por exemplo, que um guarda-vidas de mar ganhe R\$3 mil, mas, para os guarda-vidas de piscina, esse valor é inviável — disse.

Outra falta de acordo é em relação à nomenclatura da profissão. A maioria chama de salva-vidas, mas também há guarda-vidas e guardiões de piscina. Segundo o presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático, Pedro Barretto Ribeiro, em geral a população conhece o profissional como salva-vidas.

Conselheiro federal e regional de Educação Física, Lúcio Rogério dos Santos, alertou para essa nomenclatura.

— Há essa confusão nos projetos de lei e há essa discussão cultural dando diferenciação entre os nomes salva-vidas e guarda-vidas especialmente, mas, também, em alguns lugares, do guardião de piscina, que é uma denominação usada em algumas legislações e que também deve ser avaliada pelos nossos legisladores.

Viabilidade

Para o ex-nadador e medalhista olímpico Gustavo Borges, que representou a Associação Brasileira de Academias, a regulamentação da profissão é necessária, mas seria inviável economicamente exigir que as academias mantivessem salva-vidas nas piscinas. Ele explicou que, do modo como está o projeto, gastaria mais de 30% do faturamento de uma academia com o pagamento de salva-vidas.

— Sou a favor da regulamentação, mas, no cenário de uma unidade, hoje, se essa lei passar como está, eu tenho de mandar embora 250 funcionários. Cerca de 250 colaboradores seriam demitidos e cinco unidades seriam fechadas por conta disso.

Borges sugeriu que os educadores físicos que trabalhem com natação tenham curso de salvamento aquático em sua formação.

Comissão vota proibição de taxa para aluno deficiente

A proibição à cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas e particulares de todo o país será votada em caráter terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em reunião hoje.

O PLS 45/2015 determina que as escolas elaborem uma planilha com os custos da manutenção e do desenvolvimento do ensino e com o financiamento de serviços e recursos da educação especial, para que nenhuma taxa extra seja cobrada dos pais dos alunos com deficiência.

De Romário (PSB-RJ), a proposta também estabelece

que as escolas garantam, no projeto pedagógico, a educação inclusiva. Além disso, prevê que os estabelecimentos de ensino, em caso de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência, devem encaminhar os casos ao conselho tutelar, ao conselho de Educação competente ou ao Ministério Público.

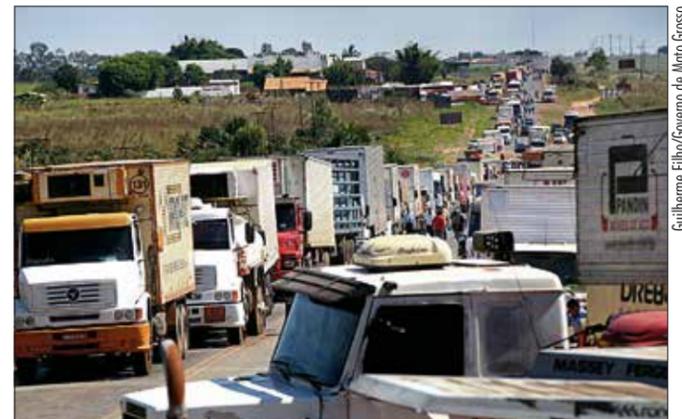
Na justificativa, Romário afirma que a proposta é baseada em recomendações do Ministério Público da Bahia às instituições de ensino. Ele explica que há recorrentes reclamações de pais de pessoas com deficiência que recebem

a notícia de cobrança de taxa extra no momento de fazer a matrícula dos filhos. As escolas alegam que precisam se adaptar ao aluno, contratando um auxiliar para acompanhá-lo em sala de aula. O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável.

Avaliação seriada

O processo seletivo para ingresso em cursos de graduação de universidades federais deverá incluir, além do vestibular, programas de avaliação seriada anual para estudantes do ensino médio, segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 211/2012, que será analisado pela comissão em caráter não terminativo.

A proposta deriva de sugestão apresentada em 2011 pela estudante Jéssica Perez no Projeto Jovem Senador. A sugestão foi acatada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e convertida em projeto de lei. O texto prevê alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O relator na CE, Cristovam Buarque (PPSDF), recomenda a aprovação do projeto.



Guilherme Filho/Governo de Mato Grosso

Além de multa, motoristas podem perder carteira e ter veículo apreendido

Relatório de MP que sobe multa por bloqueio de estrada vai a votação

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 699/2015 se reúne hoje, às 14h30, para votar o relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO). A MP aumentou a punição para quem utiliza veículos para bloquear vias públicas e foi uma resposta do governo à manifestação de caminhoneiros que fechou rodovias em novembro.

O Código de Trânsito Brasileiro já prevê multa de R\$ 1.915 e apreensão do veículo. A MP eleva a multa para R\$ 5.746, que será dobrada em caso de reincidência no período de 12 meses.

Os organizadores de manifestações poderão ser multados em R\$ 19.154 (dez vezes o valor da multa para veículo). O motorista que bloquear vias também poderá ter a habilitação suspensa por um ano, além de ficar proibido de receber crédito para aquisição de veículos por dez anos.

Os serviços de recolhimento, depósito e guarda de veículo poderão ser executados por ente público ou particular. Os custos são de responsabilidade do proprietário. Após ser votada na comissão, a MP segue para os Plenários da Câmara e do Senado.



Deficientes atendidos pela Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

Manifestações repercutem no Plenário da Casa

Parlamentares governistas e de oposição se revezaram em discursos sobre os protestos que tomaram conta das ruas, concordando que os atos mudaram o tom da política

Considerados a maior manifestação política popular desde as Diretas Já, os protestos contra o governo federal que levaram milhões de pessoas às ruas no domingo monopolizaram os pronunciamentos dos senadores ontem. Enquanto os representantes da situação questionaram se há base jurídica para o impeachment de Dilma Rousseff, parlamentares oposicionistas apontam a saída da presidente como a solução para as crises econômica e política que o país atravessa.

Para Cássio, Justiça tem elementos para cassar chapa eleita

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que, depois de domingo, o Brasil precisa escolher um caminho para mudar o estado das coisas. Para ele, a saída seria dar andamento, no Congresso, ao processo de impeachment da presidente ou o Tribunal Superior Eleitoral cassar a chapa que ganhou as eleições “de forma ilícita”.
Delações premiadas na Lava-Jato, disse, mostraram que o dinheiro da corrupção financiou a campanha de Dilma. Afirmou ainda não aceitar mudanças de regras, como a adoção de regime semiparlamentarista.



Moreira Matiz/Agência Senado

Governo deve refletir sobre insatisfação do povo, avalia Medeiros

Os brasileiros que foram às ruas não querem golpe. O que querem é menos corrupção e novo rumo para a economia, disse José Medeiros (PPS-MT).
Para o senador, o povo manifestou sua insatisfação com toda a classe política, o mau desempenho da economia e o desemprego. Ele pediu ao governo que reflita sobre o que gera tanta insatisfação.
— O recado das ruas foi duro. Todos têm que prestar atenção nesse recado. Eu me preocupo se esta Casa e a Casa coirmã [Câmara] entenderam esse recado — alertou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Brasileiro quer o fim do governo Dilma, afirma Aloysio

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), os manifestantes deixaram claro que o brasileiro deseja honestidade na vida pública e o fim do governo Dilma. O impeachment é a saída para esse objetivo, defendeu.
O senador disse que Dilma não tem condição de ficar no cargo até 2018 porque o governo não tem propostas nem força. Ele analisou outras possíveis saídas, como nova eleição ou parlamentarismo, e concluiu que nenhuma está nas mãos do poder político agora.
— O que está a nosso alcance, ao alcance da política, é a votação do impeachment.



Beto Bonatto/Agência Senado

PMDB fica na base, mas sem ingerência política, anuncia Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que as manifestações foram significativas e apartidárias. Mas mostraram a indignação das pessoas contra o governo e contra o PT.
Jucá comunicou que a convenção nacional do PMDB, realizada no fim de semana, decidiu que o vice-presidente da República, Michel Temer, continua na presidência do partido. Jucá será o vice-presidente do PMDB. Ele disse que o PMDB continua no governo, mas sem ingerência sobre a condução política e sem ingerência econômica.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington Fagundes cobra ação do Congresso Nacional

Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou ontem ser favorável ao debate responsável do impeachment, instrumento democrático, previsto na Constituição. O senador condenou a tentativa de se adotar saídas políticas para a crise que ferem a Carta Magna.
Para o senador, é preciso que o governo dialogue com o Congresso e aprove reformas para retomar o crescimento. Ele disse acreditar que “a grande falha” de Dilma foi não ter convocado o Congresso já no início do governo ou após a vitória nas eleições de 2014.



Moreira Matiz/Agência Senado

Lindbergh teme que “acordão de cúpula” abafe investigações

O movimento pelo impeachment da presidente Dilma, segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), não se sustenta por falta de argumentos jurídicos e está associado a um “acordão de cúpula” destinado a abafar as investigações em curso contra a corrupção. O senador reconheceu a dimensão das manifestações contra o governo, mas pediu compreensão mais profunda do seu significado.
— A elevada rejeição atinge todos os políticos, mesmo da oposição, como o senador Aécio Neves [PSDB-MG] e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, hostilizados nas ruas.



Beto Bonatto/Agência Senado

Ana Amélia defende a legitimidade do movimento

Ana Amélia (PP-RS) elogiou as manifestações e disse que as pessoas protestaram contra o desemprego, a corrupção e a inflação alta, que corrói o salário do trabalhador. Para a senadora, é um erro imaginar que a oposição está por trás dos movimentos.
— Milhões de brasileiros deram um recado curto e grosso para esta Casa, para os governantes, para as instituições.
Ela também registrou a decisão da Justiça de São Paulo de encaminhar denúncia contra o ex-presidente Lula para o juiz Sergio Moro, em Curitiba.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Agripino ressalta papel dos partidos e não crê em renúncia

Os partidos políticos tiveram participação decisiva na convocação das manifestações contra o governo de Dilma Rousseff, no domingo. Essa é a opinião de José Agripino (DEM-RN). O senador disse que não acredita na renúncia de Dilma Rousseff. Ele ressaltou que o processo contra ela no Tribunal Superior Eleitoral e o processo que defende o afastamento dela na Câmara vão ser paralelos, embora a oposição só possa atuar de forma decisiva no Congresso, conforme exigência dos manifestantes que foram às ruas.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Alvaro: Brasil pediu extinção de modelo político falido

O Brasil foi às ruas reagir à impunidade dos corruptos e exigir o sepultamento de um modelo político falido, na visão de Alvaro Dias (PV-PR). Os atos de domingo, disse o senador, foram os maiores de todos os tempos, superando as manifestações pelas Diretas Já.
Alvaro destacou o sentimento de cansaço diante da impunidade. Para ele, os brasileiros se sentem “assaltados” e percebem o vínculo entre o desvio de dinheiro público e a crise em setores como saúde, educação e saneamento básico.
— O povo cobra que o Congresso delibere sobre o impeachment — afirma.

Protesto foi contra corrupção sistêmica, sustenta Vanessa

Na análise de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), a maioria dos manifestantes foi às ruas para protestar contra a corrupção. Para a senadora, alguns pediram a saída da presidente e a prisão do ex-presidente Lula por discordarem dos projetos dos governos do PT.
Citando casos de corrupção envolvendo governos do PSDB, ela disse que o problema é sistêmico no país e que o combate a esse crime passou a ser vigoroso a partir dos governos do PT, por meio de medidas como a autonomia da Polícia Federal e do Ministério Público.



Beto Bonatto/Agência Senado

Reguffe pede reflexão sobre os rumos do país

Reguffe (sem partido-DF) disse esperar que as manifestações populares levem a uma reflexão sobre a necessidade de uma ampla reforma política e do Estado. Para o senador, o Congresso precisa ter ouvidos atentos para o “caminho de transformação” indicado pela sociedade.
— Espero que o Brasil daqui a dez anos seja muito melhor do que este em que a gente vive hoje, mas isso passa também pelos agentes públicos terem mais responsabilidade. Corrupção há em todos os países. O que não pode ter é impunidade.



Moreira Matiz/Agência Senado

Gleisi diz que atos não dão sustentação para impeachment

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o governo de Dilma agiu com grandiosidade ao garantir as manifestações. Ela disse que os atos são fruto da luta democrática, mas garantiu que não fornecem base jurídica e constitucional para o impeachment.
Os protestos reuniram, afirmou, só gente branca de classe média, de maior escolaridade e capacidade econômica. O “povão”, disse, prefere aguardar o desenrolar dos fatos, pois, embora descontente com o governo, não vê nas forças políticas por trás das manifestações nenhuma proposta que melhore sua vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José: Executivo precisa ter humildade e avaliar seus erros

“As manifestações de domingo foram pacíficas e, agora, o governo precisa ter humildade para avaliar onde errou”, disse Hélio José (PMB-DF). O senador afirmou ser contra novas eleições e defendeu um entendimento político para tirar o país da situação de crise. Para ele, na política do “quanto pior, melhor”, todos perdem.
Hélio José ainda pediu ao governo que envie ao Congresso um projeto que garanta a crianças com microcefalia atendimento prioritário em serviços de saúde, acesso a creches e pensão vitalícia.



Beto Bonatto/Agência Senado

Para Gurgacz, recado das ruas é contra desvio de recursos

A corrupção entranhada no sistema político brasileiro se perpetua pelo oportunismo de quem quer se manter no poder ou tomá-lo a qualquer custo, disse Acir Gurgacz (PDT-RR).
— É importante compreender os recados da população ao Congresso, ao Judiciário, ao governo e às instituições democráticas. Entre eles, o de que os brasileiros não aguentam mais corrupção, sobretudo relacionada às empresas que prestam serviço ao Executivo. Todo esse estrago que começa com o desvio de recursos públicos durante a campanha eleitoral.



Beto Bonatto/Agência Senado